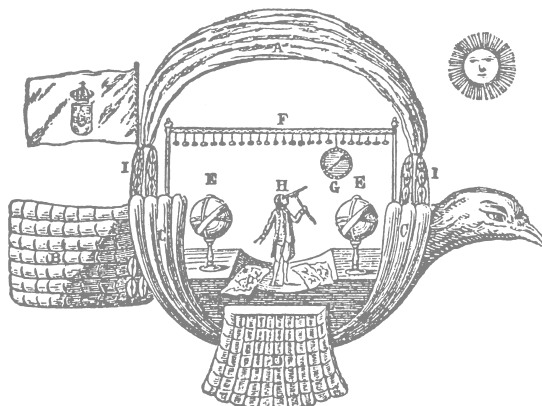


# DOSSIÊ SÉCULO XIX





# “OS VENCIDOS DA VIDA”: LITERATURA E PESSIMISMO EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX

Adalmir Leonidio

*Universidade Rural do Rio de Janeiro*

## 1. Introdução: as raízes do pessimismo

O termo “vencidos da vida” é decerto uma ironia de Eça de Queirós, ininteligível para aqueles que só reconhecem a vitória como fato positivo. Mas em que medida ele era o sinal da decadência intelectual de um grupo de homens que, como ele, comungou de certa euforia pelo progresso em Portugal? Ou, mais fundamente, em que medida ele era uma das expressões do estado de estar e de sentir do povo português na segunda metade do século XIX?

Pretende-se com este artigo trazer a lume alguns aspectos relativos à vida cultural portuguesa nos oitocentos, em particular certa visão pessimista que permeou parte de sua literatura. Uma obra literária é a expressão de uma visão social de mundo, de uma maneira de ver e de sentir um universo concreto de pessoas e coisas e o escritor é aquele que encontra uma forma adequada para criar e expressar este universo (GOLDMAN, 1979, p. 75). Mas nem sempre, ou muito raramente, as “intenções conscientes”, as idéias filosóficas e políticas do escritor, a “significação subjetiva” de sua obra, coincidem com a maneira pela qual ele vê e sente o universo que cria, isto é, com a “significação objetiva” de sua obra. Esta hipótese é particularmente interessante para pensar a obra de certos autores portugueses que, na segunda metade do século XIX, diziam-se defensores dos ideais socialistas, humanistas, universalistas, mas que escreveram obras que denunciavam um profundo pessimismo não apenas quanto aos destinos da sociedade portuguesa, mas

também em relação ao próprio devir humano. Obras preches de arcaísmos, de tal sorte que o progressismo destes autores, homens como Antero de Quental e Oliveira Martins, não era mais que um fenômeno de superfície.

Já se disse que a expansão mundial portuguesa não significou o desenvolvimento de um espírito universalista<sup>1</sup>, mas ao contrário. Em sendo assim a história da cultura em Portugal não apresenta um desenvolvimento seguido e conseqüente, mas uma série de tentativas de “aclimação” que só suportam uma ou duas gerações. A cada nova tentativa, segue-se o malogro e o desânimo de seus proponentes (SARAIVA, 1995, p. 5-6 e 34-35).

Vários autores apontam para uma estagnação da vida mental portuguesa a partir da segunda metade do século XVI (SARAIVA e LOPES, 2000). O descompasso com a Europa moderna gerou, entre os portugueses, certa “mentalidade decadentista” (SERRÃO, 1983a, p. 11-21), voltando-se constantemente para um passado de glórias, ao mesmo tempo que descurando do presente e duvidando do porvir.

Mas este sentimento “decadentista”, dinamizador do pessimismo e de messianismos de estirpe vária, também tem o reverso da moeda, como mecanismo compensatório: os esforços de atualização, o desejo de “europeização”.

Coube aos chamados “estrangeirados”, durante a primeira metade do século XVIII, a primeira tentativa de modernização do país. D. João V tanto empenha-se em enviar bolsistas portugueses para estudarem no exterior quanto promove a contratação de pessoal estrangeiro. Isto significou na prática uma tentativa, ainda bastante tímida, de crítica à mentalidade escolástica e introdução das ciências experimentais no país.

As peculiaridades desta reação à tradição podem ser resumidas em três. Primeiramente, trata-se de um acontecimento episódico, sem antecedentes e sem grandes conseqüências. Depois, por suas próprias características históricas, foi um empenho mais de conciliação que de ruptura com o passado. E, por último, foi muito mais marcada pela ação política de Pombal do que propriamente pela de um pensamento solidamente enraizado na cultura portuguesa.

---

<sup>1</sup> Em nenhum outro lugar da Europa a frase de Rousseau sobre o estado da cultura parece empregar-se tão bem: “tudo parece viajar, menos a filosofia”.

O primeiro grande movimento de idéias em Portugal encarnou-se na geração dos anos cinqüenta. Almeida Garret, Alexandre Herculano, António Feliciano de Castilho, José Félix Henriques Nogueira e, depois, Camilo Castelo Branco estão todos guiados pelo mesmo ideal geral e vago das reformas, inspirados em autores franceses. Representou um esforço para introduzir em Portugal as idéias modernas, de retomar o que havia sido esboçado no fim do século XVIII e início do XIX por autores Verney. Trata-se de um amálgama indeciso entre progressismo liberal, socialismo utópico e cientismo, ainda que este só viesse a ser impulsionado pela geração seguinte.

Foi Herculano quem, em sua *História de Portugal*, forjou a expressão “decadência” para se referir ao período da história portuguesa que se inicia logo após os descobrimentos marítimos, bem como deu nova roupagem ao mito de um passado de glórias. Significativamente, o tempo de Herculano é o tempo da “regeneração”. Mas regeneração de quê? À parte os esforços de diminuir o descompasso com a Europa moderna, no seu sentido mais geral, regenerar significava, para ele, implementar um certo “liberalismo moderado” que de alguma forma viesse a ser o desenvolvimento das instituições medievais perdidas, “na verdade bárbaras e incompletas, mas que, apesar da sua imperfeição e rudeza, continham os elementos do equilíbrio entre a desigualdade e a liberdade”. Ora, “equilíbrio entre a desigualdade e a liberdade”, aí está toda a questão. Conflito, mas também conciliação entre dois tempos, um tempo português e um tempo europeu.

Este arcaísmo persistente tem como um de seus desdobramentos o tradicionalismo, o provincianismo e não o cultivo de um espírito próprio ao mundo urbano e industrial, e sua correlativa visão universalista das coisas e dos homens. Enquanto alguns, como Oliveira Marreca, louvavam as iniciativas em prol da indústria e do apetrechamento técnico do país, outros as viam com maus olhos e com certo ressábio. Sobre o início da construção de estradas de ferro em Portugal, diria Garrett: “Que tenha o governo juízo, que as faça de pedra, e viajaremos com muito prazer e muita utilidade e proveito, na nossa boa terra” (GARRETT, 1999, p.243). A predileção pela agricultura<sup>2</sup> de-

---

<sup>2</sup> Em 1890 a população urbana não passava de 5%. E até 1900 cerca de 61% da população ainda trabalhava na agricultura e apenas 18% na indústria.

nuncia o aspecto principal dos autores desta geração, isto é, a valorização de temas ligados ao mundo rural, o idilismo romântico. Antero de Quental diria, alguns anos mais tarde, no fim dos anos cinqüenta, que a terra é a “alma-mater” dos portugueses. Na obra de Herculano *O pároco de aldeia* (1844) desenha-se um poderoso ideal de retorno à terra, sentimento próprio a uma minoria de intelectuais das classes médias urbanas, já que a maioria da população vivia, ainda por esta época, no campo. E com certa revolta contra as máquinas, que não era ainda prenúncio de maquinismo de nenhuma espécie, diria mais uma vez Garret: “Plantai batatas, oh geração de vapor e de pó de pedra” (GARRETT, 1999, p. 45).

Entre os homens da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, lá estava um discípulo de Herculano, António Feliciano de Castilho, o mesmo que, em *Felicidade pela agricultura* (1849), pintava a excelência da vida rústica e do trabalho rural. O termo “indústria” em Portugal, por esta época, dealbar da segunda metade do século XIX, era pouco mais que ausente. Oscilando entre um tempo arcaico que insistia e um tempo moderno que não conseguia abrir caminho, o termo tanto podia designar “destreza em alguma arte” como o ato de “grangear a vida”. Da mesma forma, o termo “artista” era confundido com o termo “artífice”, uma vez que a palavra “operário” ainda não havia sido introduzida no vocabulário português. A agricultura era vista então como a única tendência real para a socialização do homem e os lavradores como os “cidadãos pacíficos e patrióticos” por excelência (CASTILHO, 1987, p. 40). Nota-se aqui a antítese do espírito universalista. A visão do mundo amesquinha-se e o globo encolhe-se até os ermos campestres.

O lado complementar deste tradicionalismo provinciano era o espírito religioso, católico. O próprio Garrett lamentava-se no fim de seu livro do avanço da cultura materialista e anti-religiosa, esboçada entre os adeptos das idéias liberais, que ele próprio se dizia defensor. “Em Portugal”, acrescenta o autor, “não há religião de nenhuma espécie. Ficou o materialismo estúpido, alvar, ignorante, devasso” (GARRETT, 1999, p. 215). A cultura moderna, laica, era descurada, em nome dos valores tradicionais. Assim o esforço e a empolgação inicial, tal como havia ocorrido anteriormente, vai-se pouco a pouco esfriando, tomando ares de pessimismo, até adquirir novo fôlego com a geração seguinte.

## 2. Euforias que se esfumam: a “geração de setenta”

Dois fatos contraditórios marcam a passagem para a “geração de setenta”. Primeiramente, a ausência de uma diretriz interna, de uma seqüência de temas. Depois, há importantes linhas de continuidade da nova geração que se começa a formar no fim dos anos sessenta com a geração anterior. Há inclusive quem afirme que esta nova geração encarna as mesmas e fundamentais aspirações de Alexandre Herculano, Henriques Nogueira e António Feliciano de Castilho (SARAIVA, 1995, p. 668, 752, 799 e 800; SERRÃO, 1983, p. 81).

Portanto, é preciso nuançar o aspecto inovador da “geração de setenta”. Recrutada, em parte, entre os estudantes de Coimbra – Antero de Quental, Teófilo Braga, Eça de Queirós e Manuel de Arriaga – e em parte fora – Oliveira Martins, Jaime Batalha Reis, Adolfo Coelho, ela de fato traz para a vida cultural portuguesa novas influências, novos temas, novo fôlego aos debates, novos grupos, mas herda, ao menos uma parte dela, os ideais e o tom da geração anterior.

Antero de Quental (1842-1891) é sem dúvida um exemplo típico do que se está falando. Natural dos Açores, de formação religiosa tradicionalista, foi para Coimbra onde se formou em direito, em 1864. Suas primeiras prosas publicadas datam do período que vai de 1857 a 1861 e refletem bem a influência não apenas de seu mestre Castilho, mas também do ideal geral das reformas, embora o chame de “idéia nova”. Trata-se de textos meio desconectados entre si, mas que revelam bem o espírito predominante.

Segundo a visão destes textos, a grande “regeneração e progresso moral” da sociedade dependeria essencialmente de dois fatores. Antes de mais nada, a educação: uma “boa organização de escolas”, um “bom regulamento literário”, um ministério próprio da instrução, uma maior produção de livros, que estivesse “ao alcance do obreiro e do agricultor, tanto em termos de preço, quanto de clareza”. Em seguida, que a prioridade fosse o meio rural: “A agricultura é a melhor e mais verdadeira mãe dos povos, e, como diz Castilho, só um povo que lhe quer, só esse é rico, rico sem fausto, mas sem receio de empobrecer” (QUENTAL, 1982, p. 4). Mais uma vez a “regeneração”, a tentativa de conciliar o velho – por apego, por receio, por nostalgia...?! – com o novo.

Mas embora fale da união fraternal entre homens e povos, embora reclame-se de ideais universalistas é a pátria e a província quem têm a

última palavra: “Tudo isto constitui a pátria: esta reunião de amizades, simpatias, amores, recordações, felicidade (...)” (QUENTAL, 1982, p. 84). O universo se encolhe e quase some no “caro torrão”. Este lirismo provinciano, influência de Castilho, no fundo nunca deixaria a obra de Antero, voltando com renovada força no fim de sua vida.

A partir de 1862 começam a aparecer os primeiros escritos de teor político de Antero, essencialmente de crítica à monarquia e à Igreja. Eles ganhariam contornos mais nítidos a partir de 1865, com sua colaboração no jornal *O Século XIX*. “Autoridade revelada” contra “razão”, “autoridade” contra “liberdade”, “tradição” contra “ciência nova”, “imobilismo” contra “progresso”: estas e outras antinomias revelam o novo espírito que passa a dominar em Portugal, isto é, o do cientismo e da crítica da “autoridade literária” do romantismo. É neste mesmo ano que Antero romperá com seu antigo mestre António Feliciano de Castilho. O rompimento é declarado num texto intitulado “Bom senso e bom gosto”, dando origem à chamada “Questão Coimbrã”. Põe-se a público o primeiro sinal de renovação literária e de idéias.

Castilho era considerado uma espécie de padrinho oficial de escritores mais novos e à sua volta havia um grupo de admiradores e protegidos. Solicitado para apadrinhar com um posfácio o *Poema da mocidade* de Pinheiro Chagas, Castilho aproveitou a ocasião para censurar o grupo de jovens de Coimbra, acusando-os de “falta de bom senso e bom gosto”. Antero respondeu numa carta a Castilho, onde acusa a chamada “literatura oficial”, o romantismo, de falta de originalidade, de autonomia crítica, de “liberdade de espírito”, de “ostentar palavras vazias” e não “idéias e ideais”. Pouco depois Teófilo Braga e Eça de Queirós iriam solidarizar-se com Antero. Contudo não se romperia nem com Herculano nem com Nogueira, sendo estes até mesmo elevados à estatura de Joseph Proudhon, pensador francês muito lido e assimilado por esta geração que se começava a formar (QUENTAL, 1982, p. 285-290, 311 e 320).

O chamado “grupo coimbrão” viria a encontrar-se de novo em Lisboa, restaurando a antiga fraternidade acadêmica num “Cenáculo” com sede em casa de um deles. A partir de 1871, Antero, regressando de viagens a França, América e à ilha de São Miguel, torna-se mentor do grupo, a que se foram juntando, entre outros, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Adolfo Coelho, Guerra Junqueiro, Guilherme de Azevedo, Manuel



de Arriaga. Foi neste círculo que nasceu a iniciativa das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Todos estavam imbuídos do mesmo vago espírito de reformas anteriormente esboçado.

O programa das conferências, preparado e apresentado por Antero, ressalta o desejo de “ligar Portugal com o movimento moderno”, isto é, impulsionar a “ciência moderna” (na prática, adesão entusiástica ao cientismo positivista), o laicismo (crítica da Igreja), o realismo em literatura, as idéias republicanas e socialistas. A primeira conferência, pronunciada na noite de 27 de maio de 1871, foi a do próprio Antero, “Causas da decadência dos povos peninsulares”. Mais uma vez o velho espinho da “decadência” e um novo facho de “regeneração”. Trata-se de um ataque ao atraso econômico do país, fundado sobre a incipiência da indústria, a centralização monárquica e o espírito da Contra-Reforma ainda reinante. Do mundo velho, a mesma esperança redentora, do mundo novo a ciência, a república, o socialismo, novas formas do antigo messianismo (QUENTAL, 1996, p. 68).

O segundo a tomar a palavra nas Conferências foi Eça de Queirós (1845-1900). Sobre a conferência de Antero, diria Eça empolgado: “É a primeira vez que a revolução, sob a forma científica, tem em Portugal a palavra”. Ele apresentou o texto “A nova literatura: o realismo como nova expressão da arte”, onde defende a idéia de que a arte obedece às mesmas leis que regem a natureza e a sociedade. Sua crítica visa não só ao romantismo, mas a tudo o que estava ligado à “velha sociedade”. O fato de Eça apresentar a revolução como “uma ciência a estudar” revela bem o espírito deste grupo e a importância da liderança espiritual de Antero, espelhado nas idéias de Proudhon (QUEIRÓS, 2001, p. 34).

Guiados por estas idéias, Eça e Ramalho Ortigão (1836-1915) lançam juntos neste mesmo ano as *Farpas*. Em seu primeiro artigo, “Estado social de Portugal”, defende-se que a literatura (o romantismo) não exprime a realidade do país: o atraso, a corrupção, a miséria. Nesta crítica está contido todo um programa, isto é, a missão redentora da literatura, amparada na ciência positiva, o tom conciliador e utopicamente pacifista desta geração (QUEIRÓS, 2001, p. 36).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Este argumento repete-se em vários artigos das *Farpas*, entre 1871 e 1872.

Logo a seguir as conferências foram proibidas, o que teria desencadeado uma grande polêmica na imprensa da época, mas sem resultados práticos. O primeiro impulso da “geração de setenta” gerou improfícuos resultados, e o grupo, reunindo-se casualmente e a propósito de circunstâncias várias, jamais conheceria a coesão inicial e a afinidade de propósitos. Ficava a sensação de impotência, de incapacidade do homem, determinado por férreas leis naturais, para resolver os seus problemas.

O último grande momento da “geração de setenta” foi a criação da *Revista de Portugal*, em 1889, sob a direção de Eça de Queirós. Trata-se da tentativa de, ainda uma vez, reunir o velho grupo das Conferências: Antero de Quental, Batalha Reis, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Teófilo Braga. No número inicial da revista, assim resumiu Eça o seu programa:

Abrir um espaço e acessível meio de publicidade à produção literária; criar um órgão especial e profissional de crítica, onde essa função educadora se exerça com autoridade e segurança; erguer, entre as discussões da política, um lugar mais alto, que, no meio das paixões e interesses subalternos, seja como o refúgio da superior razão (...) (QUEIRÓS, 1889-1892, p. 5-6).

O termo “refúgio da superior razão” dá bem o tom do que estava acontecendo com os últimos remanescentes da “geração de setenta”: o desânimo, a falta de perspectiva e de esperança no futuro, resultado de certo alheamento da realidade nacional. Esta tendência já era perceptível desde as Conferências, limitadas à área de Lisboa e à pouco expressiva camada letrada (NOGUEIRA, 1975).<sup>4</sup> Em um dos últimos números da revista, primeiro de abril de 1891, Teixeira Bastos, positivista do grupo de Teófilo Braga, em um artigo intitulado “O pessimismo e a filosofia positiva”, insistiria ainda na importância de combater este estado de alma que parecia tomar conta de toda a intelectualidade portuguesa da época (BASTOS, 1889-1892, p. 266).

Compreende-se assim que a euforia inicial da “geração de setenta” gerasse a frustração individual de grande parte de seus membros, os chamados

---

<sup>4</sup> É preciso lembrar que por esta época havia 85% de analfabetos em Portugal.

“Vencidos da vida”, e que uma nova geração, bem mais pessimista, se comesse a formar, a geração dos anos noventa. Schopenhauer, o romântico Carlyle e os simbolistas sobrepõem-se a Hugo, Comte, Michelet ou Proudhon como influências dominantes. Tradicionalistas, neogarrettianos, nacionalistas, decadentistas, críticos do positivismo em filosofia e do naturalismo em literatura este grupo é marcado pelo desprezo do “mundo sórdido” da política, contra o qual levantam um idealismo romântico, sentimentalista.

### 3. O pessimismo embrionário da geração de setenta e a origem da geração dos anos noventa

A chamada “voga do conto rústico”, que toma impulso com a geração dos anos noventa, é na verdade a ponta de uma tendência que já vinha desde a geração dos anos cinqüenta, autores em geral herdeiros da obra de Alexandre Herculano e Almeida Garrett, da qual nem mesmo Eça parece ter escapado, opondo à poluição mecânica das grandes cidades uma versão mais ou menos idílica da ruralidade portuguesa (SARAIVA e LOPES, 2000; PEREIRA, 1982). Em carta a Eduardo Prado, datada de Paris de 1888, Eça já revelava a sua secreta admiração pelo mundo rural:

E considere agora como seria deliciosamente habitável um Brasil brasileiro! Por toda a parte, ricas e vastas fazendas. Casas simples, caiadas de branco, belas só pelo luxo do espaço, do ar, das águas, das sombras. Largas famílias, onde a prática das lavouras, da caça, dos fortes exercícios, desenvolvendo a robustez, aperfeiçoaria a beleza. (QUEIRÓS, 2001, p. 309).

No conto “Civilização”, o personagem Jacinto encarna o típico homem civilizado, apóstolo do progresso e das modernas maquinarias. Mas no fundo de sua alma restava uma inexplicável tristeza. Sua vida, pesada, insípida, preguiçosa, só encontrava refúgio nas leituras de Schopenhauer e do *Eclesiastes*. “Porquê”, perguntava-se Eça. “Sem dúvida porque ambos esses pessimistas o confirmavam nas conclusões que ele tirava de uma experiência paciente e rigorosa, que tudo é vaidade ou dor, que quanto mais se sabe, mais se pena” (QUEIRÓS, 1988, p. 69). Sucedeu então que Jacinto teve a “necessidade moral iniludível” de ir para uma quinta, situada nas “serras” do norte de

Portugal. Lá, segundo o narrador, o ar era “de uma doçura de paraíso” e sua beleza bucólica o toque do “divino artista”. A princípio desolado e raivoso, Jacinto balbuciava “É horroroso!”, no que o seu amigo e narrador remendava “É campestre!”. Mas as resistências de Jacinto vão-se deixando absorver vagarosamente pela “magia esplendorosa” daquele meio. O seu discurso final revela bem a nota principal dos espíritos por esta época:

Na terra tudo vive – e só o homem sente a dor e a desilusão da vida. E tanto mais as sente quanto mais alarga e acumula a obra dessa inteligência que o torna homem e que o separa da restante natureza. É no máximo de civilização que ele experimenta o máximo de tédio. (QUEIRÓS, 1988, p. 85-86)

Esta experiência negativa com o mundo urbano e industrial, há quem diga, poderia bem estar associado ao sentimento do “tédio citadino”, ao *spleen* baudelairiano (SERÃO, 1980, p. 140-146). Ora, a atitude de Baudelaire, e isto vale também para toda forma de romance moderno (GOLDMANN, 1967, p. 26), era a de resistência à sociedade burguesa em curso, ainda que ela não correspondesse propriamente à figura do “escritor progressista” (BENJAMIN, 1993, p. 120-136), isto é, aquele que desenvolve sua atividade de escritor orientada em função do que for útil ao proletariado.<sup>5</sup> Mas em Portugal ela significou bem mais do que a angústia de um tempo vazio. Ela denota um dilema difícil de superar, o dilema da inovação e da rotina, dois tempos que não se acertam na história portuguesa. Bem mais característico da alma lusa seria então este fado do tempo, de um tempo que tem passado e que pesa sobre as costas, não deixando entrever o futuro. A “nossa fatalidade é a nossa história”, diria Antero. Daí que a euforia pelas novidades do progresso, tão característica entre os homens da “geração de setenta”, não permitisse ver as ambigüidades que elas encerravam. A crítica do presente era constantemente obnubilada pelos monumentos do passado, gerando as incertezas quanto ao futuro, origem de toda

---

<sup>5</sup> Pensando a estrutura do romance, GOLDMANN (1967, p. 19-21) nega que a única criação cultural autêntica e importante somente possa nascer de um acordo fundamental entre a estrutura mental do criador e a do grupo parcial (no caso, o proletariado). Segundo ele, o romance não parece ser a transposição imaginária das estruturas conscientes de tal ou tal grupo particular, mas a concretização de suas tendências próprias e de maneira implícita.

forma de pessimismo. Em *A capital*, Arthur Curvelo, considerado um dos personagens mais autobiográficos de Eça, prefigura a frustrante vivência cidadina deste fim de século XIX português e a sua difícil urbanização, com a mentalidade correlata. O malogro do personagem corresponde ao universo pessimista, decadentista da mindividência lusa oitocentista.

Ao dilema da inovação e da rotina correspondia, no plano literário, o dilema do “escritor-revoltado” e do “escritor-rotineiro”. A revolta da “boemia” filosofante do Cenáculo, ansiosa por novidades, revolucionária, transmuta-se em desistência, em cansaço, de um passado que pesa, e tanto que não poucas vezes esmaga. Era mais uma geração que se esfumava no torvelinho de idéias em Portugal e como uma vaga do oceano, voltava às suas origens. Restava a vivência saudosa, a consciência do exílio em terras próprias, não raras vezes tendente ao sebastianismo.

Em fevereiro de 1894 Eça escreve ao amigo Luiz de Magalhães felicitando-o pelo poema “D. Sebastião”, no que expressa: “Gostei dessa boa nova (...) um poema da Pátria”. E no mesmo tom patrioteiro escreveria a Oliveira Martins, dois meses depois, elogiando suas obras *Nun’Alvares e Filhos de D. João I*: “Tu reconstróis a Pátria, e ressuscitas, com esses livros, o sentimento esquecido da Pátria” (QUEIRÓS, 2000).

Esta onda de pessimismo, cujo reverso da medalha é o nacionalismo passadista e bucólico que se fez sentir em muitas obras da geração dos anos noventa, parece ter seu primeiro rebento na obra de Antero de Quental, embora ela possa ser encarada como reflexo daquela falta essencial de perspectiva e de fé nas potencialidades do homem, que se vem desenhando desde os primeiros sinais da vida intelectual em Portugal.

Em janeiro de 1867 Antero escreve a Alberto Sampaio extensa carta, onde o que sobressai é o tom de desânimo, não obstante houvesse passado apenas dois anos da célebre “Questão Coimbrã”, onde parecia muito empolgado com a chamada “idéia nova”. Principia com a seguinte frase: “Escrevo-te do fundo da mais profunda tristeza”. A seguir lamenta o estado tumultuoso de Paris, onde, a seus olhos, parecia desenhar-se, para estourar a qualquer momento, um “cataclismo social”, isto é, uma revolução. Para finalizar manifesta seu desprezo pela civilização e pelo mundo urbano de Paris: “Desejo é viver no campo, trabalhar mas do trabalho harmonioso da lavoura, ser homem justo, mais porém no sentido antigo da palavra do que no moderno” (QUENTAL, 1985, p. 18-19).

Em dezembro deste mesmo ano Antero revelaria ao amigo Alberto Sampaio que o fim primordial de sua leitura compulsória era menos o de sua formação, do que o de um auto-isolamento. E acrescenta: “A minha filosofia, não sei bem porquê, falha-me na prática”. E em sentido contrário revelaria, quase dois anos depois, em março de 1870, o motivo que o levou à redação de “um jornal radical”: “A boa companhia e não a convicção me levaram a entrar nisto” (QUENTAL, 1985, p. 21-28).

Em 1874, minado por uma doença e ainda por complicações sentimentais intensas, seu pensamento passa a evoluir lentamente para um temperamento místico, cuja tônica é dada pelas obras de Schopenhauer e Hartmann. Suas cartas a Alberto Sampaio permitem ver a evolução deste pessimismo. Em abril de 1877 ele revelaria: “Só a contemplação inteligente do mundo nos pode dar o direito de desprezar o mundo”. E em novembro de 1878, prevendo o seu próprio suicídio em 1891, ele diria: “De saúde não vou pior; mas cada dia sinto mais o vazio da minha existência, a minha impotência, a minha inutilidade. Olho para a morte como abrigo seguro, mas vejo-a tão longe ainda!” (QUENTAL, 1985, p. 41 e 50).

Acentuaria ainda, em junho de 1880, em carta ao mesmo Alberto Sampaio, outros dois traços característicos dos pessimistas, a aversão pelo mundo da política e o idilismo: Isto aqui está absolutamente podre. Como Lisboa seria linda se fosse uma simples cidade de província! Mas estes ares de corte, estes políticos, estes burocratas estragam e maculam os mais belos dons da natureza!” (QUENTAL, 1985, p. 57).

Contrariamente ao que parece a primeira vista, não há nada de paradoxal em uma tal afirmação. Antero, segundo sobressai em suas cartas, dava-se à atividade política menos por convicção que por temperamento. Pouco antes ele havia confessado ao amigo o seu desejo de se engajar naquilo que chamou “a vida ativa”: “é então indispensável atirar-me a qualquer coisa de violento para durante um ou dois anos me gastar este fermento de inquietação e revolta que me não deixa fazer nada” (QUENTAL, 1985, p. 23). Oscilante como seu espírito, suas idéias jamais se fixariam em um princípio norteador.

É apenas neste sentido que se pode ver a sua crítica ao positivismo. Profundamente ambígua, ela alcança o auge em 1889 na obra *As tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. Pouco após haver ter-

minado a redação, Antero confessaria ao seu mais íntimo confidente: “Receio ter-me metido numa empresa muito superior às minhas forças e fico aterrado diante da consideração da minha enorme ignorância! Só agora é que vejo quanto tempo perdi. Mas isso agora é irremediável” (QUENTAL, 1985, p. 88).

E era mesmo. O livro já havia sido encomendado por Eça, para publicação no ano seguinte na *Revista de Portugal*. Trata-se de uma tentativa de renovar o espiritualismo e a metafísica, mas sem abdicar do rigor da ciência. O resultado é uma atração quase irresistível pelo ecletismo espiritualista do pensador francês Victor Cousin. “Misturando uma coisa com a outra”, confessa Antero sobre o ecletismo espiritualista, “criou ele aquele produto curioso e bem francês, frágil mas elegante, de pouco peso mas de boa aparência, útil e cômodo: o espiritualismo do século XIX” (QUENTAL, 1997, p. 64).

Nesta síntese eclética Antero tenta unir então leituras de segunda mão de Hegel com a já enraizada cultura positivista: “Conhece pois a mecânica os movimentos, mas não a causa do movimento (...) O universo, tal como ele se nos representa, é, no fundo, uma criação do espírito” (QUENTAL, 1997, p. 84 e 95).

Este vago e sincrético idealismo, fruto do pessimismo e do desencanto com os ideais propagados com a “geração de setenta”, não deixou de gerar as suas utopias integradoras. Sem se reclamar da coerência, pode-se ver como o deísmo toma conta da obra de Antero, aproximando-o do ideal de uma ordem perfeita, tão decantada por Leibniz e pelos utópicos que seguiram seus passos:

Só quem, dissolvendo a própria vontade na vontade absoluta (Deus) e identificando-se com ela, renuncia ao eu limitado e a tudo quanto é dele – o seu egoísmo, as suas paixões, o seu erro profundo (...) A sua existência agora já não é a de uma individualidade particular, é como que a existência dum princípio universal, impessoal, absoluto. (QUENTAL, 1997, p. 95)

À medida que assim se encaminhava o pensamento do mestre Antero, com ele parecia ir toda a geração que ao seu redor gravitou. Oliveira Martins, no artigo “Pró-política”, publicado no jornal *A Província*, em 14 de dezembro de 1886, acusa Eça de desdenhar da política e de romântico. Trata-se de uma resposta a certas afirmações de Eça no prefácio dos *Azulejos* do conde

de Arnoso, onde ele, escarnecendo da política, faz a sua própria apologia como artista. “A arte é tudo, tudo o mais é nada”, atitude inesperada de Eça, já que sempre defendeu a arte como “imagem da vida” (MARTINS, 1924, p. 88). Na verdade este é um dos primeiros sintomas do pessimismo que afinal também acabaria por contagiar a Eça.

Dois anos depois, em artigo intitulado “Pessimismo” e publicado no *Repórter* de Lisboa, em 29 de setembro de 1888, chama *Os Maias* de “livro pessimista, como os livros de Zola”, e de ostentar uma profunda “alienação literária” e um ranço de romantismo. Acusa também Antero e Ortigão de fazerem parte deste grupo de “românticos alienados”. Mas ao fim interroga-se: “O individualismo gera o egoísmo, o egoísmo a anarquia, a anarquia a ditadura. Como não se há de ser pessimista, pelo menos neste capítulo?” (MARTINS, 1924, p. 88).

Sabe-se que é desta data os livros biográficos ou anedóticos de Oliveira Martins. Faz-se apologista do herói carlyliano e ostenta-se uma profunda melancolia quanto ao mítico passado heróico de Portugal, tão decantado por Herculano. É só então que se pode falar de um certo tom crítico do positivismo em Martins, que é muito mais uma rejeição do que uma crítica, como se pode ver no livro *O helenismo e a civilização cristã*.<sup>6</sup> Afinal, o seu positivismo estava impregnado, desde a raiz, do mesmo pessimismo decadentista, pensando que “a decadência dos povos e a morte dos indivíduos são condições necessárias ambas, da sua grandeza e da sua existência” (MARTINS, 1978, p. 301). Era esperar para ver. Muitos não quiseram ou não puderam esperar, como aconteceu com Antero.

Mas qual o sentido da expressão “românticos alienados” que Oliveira Martins usa para se referir a Antero, Eça e Ramalho, carapuça que talvez também lhe caia muito bem? Em um dos textos das suas *Farpas*, escrito em julho de 1883, Ramalho Ortigão faz apologia dos antigos cronistas portuenses, cujos nomes recordava com saudosa estima, homens que “não tinham filosofia social, não tinham espírito algum de seita ou de partido”. “Homens de espírito”, que não eram mais monárquicos liberais do que republicanos e cuja pena não era uma arma de combate, mas um instrumento de poesia,

---

<sup>6</sup> Sobre esta tese do anti-positivismo em Martins ver: CORREIA, 2000.



de “bom gosto” (ORTIGÃO, 1986, p. 146). Ora, não era esta a atitude que o grupo do Cenáculo, do qual, é verdade, Ramalho não assumiu senão uma posição muito periférica, criticava na literatura oficial: falta de dimensão crítica e de idéias, rol de palavras vazias? Por outro lado, não é esta a ilusão do escritor neutro e autônomo, que pensa que a qualidade do que é escrito depende da ausência de qualquer tendência política? Estas questões encerram o grande dilema destes escritores no fim do século XIX. E é o próprio Ramalho, o mais abertamente conservador entre todos – quem o o diria! – que sintetiza o sentimento comum da promissora “geração de setenta”: “Decididamente a literatura é tanto mais pomposa quanto mais provincial” (ORTIGÃO, 1986, p. 150)

Do ponto de vista das suas “intenções conscientes”, das suas idéias filosóficas e políticas, os homens da “geração de setenta” bem podem ser equiparados aos chamados “escritores progressistas” (BENJAMIN, 1993). Mas saindo deste nível de significação, a que se pode chamar “subjéctiva, o que se descortina é a atitude própria ao “escritor rotineiro”. Não exactamente no sentido daquele que renuncia conscientemente a se desligar da classe dominante. É certo que praticamente toda a literatura criada por homens considerados de esquerda em Portugal, com excepção talvez de Eça, não exerceu outra função que entreter o público. Mas o que se tem que levar em conta são os dilemas mais profundos, que dilaceram a alma portuguesa. E o pessimismo, ligado à vivência decadentista, saudosa, mas sem perspectivas, é sem dúvida uma das suas mais fortes expressões.

## BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Teixeira. “O pessimismo e a filosofia positiva”. *Revista de Portugal*, Porto, Lugan & Genelioux, 1889-1892.
- BENJAMIN, Walter. “O autor como produtor”, in *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- CASTILHO, António Feliciano de. *Felicidade pela agricultura*. Lisboa: Heuris, 1987.
- CORREIA, Domingos António Pereira. “Oliveira Martins perante o positivismo”. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho, 2000.
- GARRETT, Almeida. *Viagens na minha terra*. Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1999.

- GOLDMANN, Lucien. “Introdução aos problemas de uma sociologia do romance”, in *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. “Materialismo dialético e história da literatura”, in *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, Oliveira. *Dispersos*; org. por António Sérgio. Lisboa: Oficinas Tipográficas da Biblioteca Nacional, 1924.
- NOGUEIRA, César. *O socialismo em Portugal: 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1975.
- ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas*, tomo I. Lisboa: Clássica, 1986.
- PEREIRA, José Carlos Seabra. Autour de la thématique politique e de l’engagement dans la littérature portugaise. *Utopie et socialisme au Portugal au XIXe siècle*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1982.
- QUEIRÓS, Eça de. *Cartas e outros escritos*. Lisboa: Livros do Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Contos*. Porto, Porto Editora, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Correspondência*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Uma campanha alegre*. Lisboa: Livros do Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. *Revista de Portugal*, Porto, Lugan & Genelioux, 1889-1892.
- QUENTAL, Antero. *Prosas da época de Coimbra*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Ulmeiro, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Cartas inéditas a Alberto Sampaio*. Lisboa: O Jornal, 1985.
- \_\_\_\_\_. *As tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. Lisboa, Lisboa Editora, 1997.
- SARAIVA, António José. *Para a história da cultura em Portugal*, v.1. Lisboa: Gradiva, 1995.
- \_\_\_\_\_. e LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto, Porto Editora, 2000.
- SERRÃO, Joel. *Do sebastianismo ao socialismo*. Lisboa: Horizonte, 1983a.
- \_\_\_\_\_. *Temas de cultura portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1983b.
- \_\_\_\_\_. *Temas oitocentistas I*. Lisboa: Horizonte, 1980.